

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE UNB PLANALTINA - FUP

**UMA PROPOSTA DE MODELO DE PROJETO VOLTADO A CAPTAÇÃO DE
RECURSOS POR MEIO DA LINHA DE CRÉDITO RURAL CUSTEIO
AGRÍCOLA.**

AUTORA: HAYANE DAIARA DE JESUS ROCHA

ORIENTADOR: PROF. MSC. WILLIAM SANTANA

BRASÍLIA – DF

2012

HAYANE DAIARA DE JESUS ROCHA

**UMA PROPOSTA DE MODELO DE PROJETO VOLTADO A CAPTAÇÃO
DE RECURSOS POR MEIO DA LINHA DE CRÉDITO RURAL CUSTEIO
AGRÍCOLA.**

Relatório Final de Estágio Supervisionado
Obrigatório do curso de Gestão de
Agronegócio da Faculdade UnB Plantaltina -
FUP para obtenção do diploma de
graduação, sob orientação do professor Msc.
William Santana

Brasília – DF

2012

RESUMO

O presente relatório tem por objetivo apresentar todo o funcionamento da elaboração de projetos que utilizam linhas de crédito rural através de empresas de consultoria em especial a empresa PLATEC- Planejamento Técnico Agropecuário; para isso, o relatório foi estruturado com base em um estudo de caso acompanhado durante o período de estágio na empresa em questão no qual um projeto foi elaborado por meio da linha de crédito rural custeio agrícola do Banco do Brasil exemplificando todo o seu processo de confecção. Durante o período observado verificou-se a importância, as vantagens e as desvantagens de fazer uso de recursos governamentais e percebeu-se que é extremamente viável e aconselhável utilizar esse tipo de crédito disponibilizado pelo governo a fim de incentivar a atividade no campo.

Palavras chave:

PROJETOS; LINHAS DE CRÉDITO; CUSTEIO AGRÍCOLA; CONSULTORIA

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Organograma da Platec	9
--	---

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Encargos financeiros	22
Tabela 2 – Semoventes Atuais.....	27
Tabela 3 – Semoventes Anteriores (último ano)	27
Tabela 4 - Relação dos Bens Móveis.....	28
Tabela 5 – Orçamento analítico	31

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
1.1 Apresentação da empresa do estágio e problema de pesquisa	7
1.2 Objetivo Geral	9
1.3 Objetivos Específicos	10
1.4 Justificativa	10
2. REFERENCIAL TEÓRICO	11
2.1 A importância da agropecuária para o estado de Goiás	11
2.2 Procedimentos necessários a obtenção de recursos financeiros junto aos bancos	12
2.3 Linhas de crédito rural no Brasil	15
2.3.1 Custeio agrícola	18
2.3.2 Custeio pecuário	19
2.3.3 Programas de Fundo Constitucional	20
2.3.4 FCO Rural	21
2.4 As principais exigências feitas às empresas de consultoria agropecuária para que possam atuar nesse ramo	22
3. METODOLOGIA	24
3.1 Caracterização da Pesquisa	24
3.2 Apresentação do Estudo de caso: A fazenda rio quilombo	25
4 ANÁLISE E DISCUSSÕES SOBRE O ESTUDO DE CASO	26
4.1 Características do produtor rural	26
4.2 Desenvolvimento e análise de Projeto de custeio agrícola para cultivo de milho em 80 hectares	30
4.3 Celebração do contrato – A cédula rural pignoratícia	33
4.4 O papel do Banco do Brasil	35
4.5 A assistência técnica na propriedade	36
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
6. REFERENCIAS	39
7. BIBLIOGRAFIAS CONSULTADAS	40

1 INTRODUÇÃO

O estágio supervisionado de conclusão de curso tem por função fazer com que o aluno vivencie no cotidiano empresarial o que aprendeu ao longo dos anos no ambiente acadêmico e isso foi notadamente visível durante a passagem pela empresa PLATEC- Planejamento Técnico Agropecuário, onde se observou de forma mais íntima todo o processo que envolve o pedido de recursos financeiros junto aos bancos competentes.

Como forma de estimular o desenvolvimento do campo em suas várias esferas, o governo tem disponibilizado ao longo dos anos linhas de crédito que atendem às necessidades dos produtores rurais em todos os níveis. Essas linhas de crédito podem ser destinadas ao custeio, ao investimento e à comercialização. Quando destinados ao custeio, os recursos financeiros têm por finalidade dar suporte aos produtores quanto a despesas rotineiras e emergenciais de lavouras e rebanhos; quando destinados ao investimento, esses recursos visam ampliar e/ou modernizar os negócios de um produtor através da compra de novos equipamentos, entre outros; por fim, quando destinados à comercialização, esses recursos visam auxiliar os produtores quanto à venda e armazenagem de produtos que garantam abastecimento em épocas de quedas de preço.

O proprietário que deseja pedir recursos financeiros através das linhas de crédito disponíveis precisa do auxílio de uma empresa que formalize o seu cadastro de requerente junto ao banco e que seja especializada na confecção de projetos rurais. Dentro desse contexto, o papel de uma empresa de consultoria agropecuária é o de intermediar esse processo através da elaboração do projeto que viabilizará o pedido de crédito junto ao banco.

Após a confecção desse projeto e sua aprovação pelo banco responsável, o recurso financeiro fica à disposição do mutuário que precisa celebrar um contrato onde se obriga a efetuar o pagamento do financiamento, esse contrato é feito por meio da cédula rural pignoratícia que possui valor real de penhor. Além disso, empresa de consultoria pode acompanhar a execução do projeto através de assistência técnica especializada que pode ser dispensada a cargo do proprietário.

1.1 APRESENTAÇÃO DA EMPRESA DO ESTÁGIO E PROBLEMA DE PESQUISA

A empresa objeto do presente trabalho denomina-se Platec – Planejamento Técnico Agropecuário e atua no ramo de prestação de consultoria, elaboração de projetos e assistência técnica a produtores que desejam obter recursos financeiros junto a instituições bancárias por meio das mais variadas formas de crédito rural.

A empresa possui como razão social a denominação PLATEC – Planejamento Técnico Agropecuário Ltda. ME e tem por nome fantasia PLATE; seu CNPJ é 0276707700117, é isenta de inscrição estadual e sua inscrição municipal é 001270-0.

A empresa Platec – Planejamento Técnico Agropecuário Ltda. está localizada na Rua Dr. Antônio Balduino, nº 1.754, Centro, na cidade de Inhumas, estado de Goiás possuindo dois outros escritórios nas cidades de Goiânia e Goianésia. Apesar disso, muitos outros municípios são atendidos pela empresa tanto no próprio estado de Goiás como em outros como Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Tocantins e São Paulo. O contato com o escritório pode ser feito através do número (62) 3095 7319 e/ou da página da internet <http://www.platec.eng.br>.

Inicialmente a empresa funcionava como uma confecção de roupas e, posteriormente, tomou a forma de uma empresa agropecuária do ramo de planejamento e consultoria. A empresa foi fundada em 14 de outubro de 1986 e teve como fundador Luís Fernandes de Araújo Junior.

A missão da empresa é a busca por, não somente através do uso de tecnologias, um modelo de gestão (co-gestão) e logística capaz de agregar valor aos sistemas de produção ligados à pecuária de corte e agricultura de precisão para vencer os desafios e paradigmas do setor agropecuário.

A empresa atua basicamente no ramo de consultoria agrícola por meio de serviços como a elaboração de projetos agropecuários e o oferecimento de serviços de assistência técnica a produtores de Goiás e região.

As cotas da empresa são divididas entre o senhor Luís Fernandes Araújo Júnior e o senhor João José Bernardes, sendo que o primeiro é o sócio majoritário e sócio administrador. A Platec possui atualmente vinte funcionários dentre engenheiros agrônomos, caso do senhor Luís Fernandes que assina os projetos como responsável técnico, veterinários, engenheiros ambientais, técnicos e outros colaboradores.

A empresa PLATEC é credenciada junto ao Banco do Brasil para a elaboração de projetos de Custeio Agrícola e Pecuário e do Fundo Constitucional do Centro Oeste – FCO entre outras linhas de crédito. Trabalha na elaboração de projetos Ambientais, Georreferenciamento de Imóveis rurais em atendimento à Lei 10.267 (INCRA) e projetos de planejamento, diagnóstico, gestão agropecuária, assistência técnica, consultoria e assessoria técnica agrônoma, veterinária, ambiental, fundiária e análise econômica e mercadológica. (PLATEC, 2010)

Para atender de forma mais específica cada problema que lhe é apresentado, a Platec subdividiu-se em três áreas, a saber:

Platec – Topografia e Geodésia - que é responsável pelo georreferenciamento de propriedades rurais utilizando-se da topografia convencional além de novas técnicas como as imagens de satélite e a elaboração de Sistemas de Informações Geográficas;

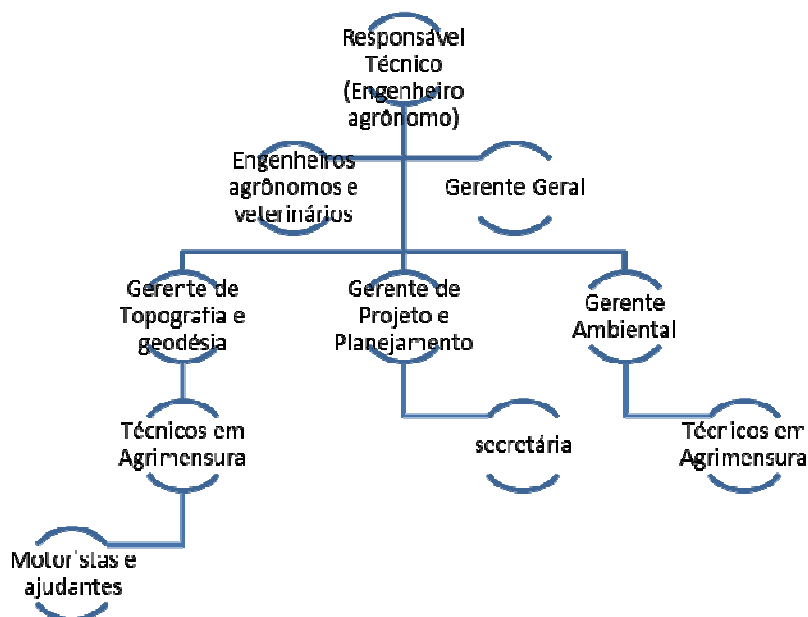
Platec – Projeto e Planejamento - que desenvolve projetos agrícolas e pecuários em parceria com bancos públicos e privados;

Platec – Ambiental - atua na área de regularização ambiental de propriedades rurais

Durante o período de estágio, o principal foco foi a observação e a participação direta nas atividades rotineiras desse tipo de empresa; além do acompanhamento mais próximo de um caso específico que desenrolou-se durante o período em questão.

A estrutura organizacional da Platec encontra-se disposta da seguinte maneira:

Figura 1: Organograma da Platec



Fonte: Elaboração da autora

O estágio em questão foi realizado sob a supervisão de um dos engenheiros agrônomos responsável pela elaboração dos projetos que demonstrou de forma precisa todas as etapas necessárias à execução do trabalho, o relacionamento com os demais funcionários que tem a função de operacionalizar as atividades (técnicos agrícolas e de agrimensura); além do auxílio à coleta de informações realizadas junto aos clientes, cartórios da região e outros profissionais da área.

O acompanhamento das atividades também foi feito junto à gerente de projeto e planejamento e sua secretária que explicavam mais detalhadamente todos os procedimentos realizados antes da confecção do projeto em si (relacionamento com o cliente, elaboração de cadastros e pastas, cotidiano empresarial). Portanto, pode-se destacar o seguinte problema: quais os aspectos fundamentais do funcionamento da elaboração de projetos agropecuários que utilizam a linha de crédito custeio

1.2 OBJETIVO GERAL

Apresentar, por meio de um caso específico, o funcionamento da elaboração de projetos agropecuários através de um modelo de contratação de recursos utilizando uma das linhas de crédito oferecida aos produtores rurais, custeio agrícola.

1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Apresentar as principais linhas de crédito rural disponibilizadas aos agropecuaristas por parte do governo;
- Explicar mais especificamente a linha de crédito Custeio Agrícola e Custeio Pecuário;
- Levantar as principais exigências feitas às empresas de consultoria agropecuária para cadastramento que possibilitam a sua atuação junto ao Banco do Brasil;
- Mostrar os parâmetros utilizados para a aprovação de projetos dentro do Banco do Brasil.
- Descrever e analisar as etapas pelas quais um projeto agropecuário passa dentro de uma empresa de consultoria através de um estudo de caso;

1.4 Justificativa

Esse trabalho apresenta duas contribuições essenciais: a prática e a acadêmica. Do ponto de vista da contribuição prática, a importância que a agropecuária figura no estado de Goiás e a necessidade que os agricultores e pecuaristas encontram em solicitar empréstimos financeiros por meio do governo para a viabilidade de seu negócio explicam, em partes, a temática abordada. Exemplificar as mais variadas linhas de crédito, suas vantagens, desvantagens, entre outros aspectos auxilia na tomada de decisão de um agropecuarista que deseja fazer uso desses mecanismos de crédito rural.

Levando em consideração a contribuição acadêmica, verificou-se a necessidade de aprofundar as disciplinas de análise de projetos e apresentar estudo de caso capaz de melhor exemplificar o funcionamento de uma empresa de consultoria que atua nesse ramo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A importância da agropecuária para o estado de Goiás

O estado de Goiás encontra-se na região centro oeste do Brasil, possui cerca de 6 milhões de habitantes distribuídos por seus 246 municípios e destaca-se no cenário nacional por sua economia basicamente concentrada nas atividades de agropecuária e agroindústria.

O estado apresenta expressivo rebanho bovino e é demasiadamente importante na produção de grãos no país. A região é ocupada por inúmeras indústrias alimentícias que se instalaram no estado, na década de 90, por intermédio de incentivos fiscais do governo.

Dados mostram que no primeiro trimestre desse ano, a produção agrícola do estado apresentou incremento em diversos produtos como o feijão (19,9%), a soja (19,6%) e o milho (34,4%). Esses incrementos estão relacionados tanto ao aumento da área cultivada, quanto ao aumento dos rendimentos previstos às atividades. (IBGE, 2012)

Na pecuária o estado também se encontra bem posicionado ocupando o 4º lugar em rebanho e abate de bovinos, o 5º no rebanho e abate de suínos, o 6º em rebanho avícola e o 4º na produção nacional de leite. (GOIÁS, 2012)

A cidade goiana onde se encontra a fazenda, objeto de estudo de caso, denomina-se Inhumas que se encontra a 35 km da capital do estado, Goiânia. Assim como em todo o estado, na cidade, a agropecuária e a agroindústria figuram como principais motores da economia destacando-se pela presença de diversas agroindústrias especializadas na produção de ovos, leites e derivados, enlatados, além de frigoríficos.

No setor agrícola, a cidade apresenta elevado desempenho na produção de alho, arroz, feijão, café, hortaliças e milho. Atualmente a produção de banana, amendoim e cana de açúcar também vêm se destacando. Apesar da importância do estado na produção nacional de grãos, o município não é tão representativo nesse tipo de cultura, ficando resguardado ao cultivo de arroz, feijão, sorgo e milho. (IBGE, 2010)

Na pecuária, a atividade mais desenvolvida é a criação de bovinos, principalmente para a obtenção de leite, mas a criação de gado de corte também apresenta bons resultados devido à presença de dois grandes frigoríficos; além do grande número de aves que o município produz.

2.2 Procedimentos necessários a obtenção de recursos financeiros junto aos bancos

Para solicitar um projeto de captação de recursos com auxílio de uma empresa de consultoria, o mutuário precisa seguir diversas etapas até que esse seja aprovado pela instituição financeira a qual foi submetido. Dessa maneira, o primeiro passo a ser dado é o comparecimento à empresa de consultoria escolhida para que seja feita uma entrevista que levantará todas as informações necessárias ao cadastramento do produtor.

Após esse levantamento, a empresa utilizará um software disponibilizado pelo próprio banco para descrever todas as características do produtor; suas atividades; números e descrições de seus rebanhos e/ou lavouras do exercício anterior e daquele em andamento; os bens móveis e imóveis que possui; o resumo de sua produção agrícola e/ou pecuária; o cálculo de sua produtividade e produção, os imóveis em que estão localizados os rebanhos e lavouras; suas receitas e despesas; a situação e dimensões de reserva legal ou de áreas de proteção permanente (quando houver); entre outros dados. Elaborando, dessa maneira, o chamado limite de crédito que pode ser descrito como o cadastro feito pelas empresas de consultoria para ser entregue ao banco como forma de provar que tal mutuário é capaz de honrar as dívidas de um projeto caso venha fazê-lo.

Esse limite de crédito deve ser entregue ao banco pela empresa de consultoria juntamente com os respectivos documentos que comprovem as informações que nele estão contidas, como os documentos pessoais do proprietário e de seu cônjuge; certidão de casamento; comprovante de residência; as cópias dos certificados de registro e licenciamento de veículos acompanhados das respectivas cópias das apólices de seguro, quando houver; certidões atualizadas dos imóveis urbanos e rurais ou escrituras/certidões acompanhadas do IPTU/ITR do último exercício; comprovante de entrega de ITR e CCIR do último exercício de todos os imóveis; comprovante de renda das atividades extra-agropecuárias e de contrato de arrendamento ou carta de anuência quando for o caso.

A pasta contendo todos os documentos será analisada pelo banco e dependendo de sua complexidade e tamanho em termos de número de propriedades e/ou bens no prazo médio de duas semanas obterá o resultado. No caso de a pasta de limite ser pequena, a própria agência bancária da cidade na qual se encontra o domicílio do mutuário, analisará a pasta; no caso de a pasta ser maior e/ou mais complexa (grandes produtores), a documentação segue para Brasília onde será analisada. Se for aprovada, o produtor poderá requerer os recursos previstos; não sendo aprovada, voltará à consultoria para os devidos ajustes e reenvio.

O importante é que os beneficiários mantenham os seus cadastros de limites de crédito sempre atualizados, já que quando isso não acontece o banco não permite que sejam elaborados projetos em nome daquele produtor. O ideal é que os cadastros de limites de crédito sejam renovados dois meses antes de seu vencimento a fim de que seus processos e projetos não sejam interrompidos no banco.

O limite de crédito aprovado dá direito ao seu proprietário de pedir recursos ao banco através de qualquer tipo de linha de crédito disponível. Em alguns casos, logo após a aprovação o produtor rural já solicita esse recurso, em outros, os proprietários apenas renovam o limite de crédito e esperam a oportunidade de solicitarem um novo projeto já que o cadastro é válido por um ano. No caso de um projeto de investimento que tenha prazo de cinco anos, por exemplo, o cadastro de limite precisa estar sempre em dia.

Ao resolver solicitar um projeto, o proprietário precisa comparecer novamente à empresa para que especifique minuciosamente o que objetiva com o projeto, qual a linha de crédito escolhida (em caso de dúvidas, o engenheiro agrônomo oferece auxílio demonstrando os prós e contras de cada linha) e qual o valor de que necessita para executá-lo. Dessa forma, o engenheiro agrônomo responsável elabora o projeto que segue o modelo fornecido pelo banco e novamente prepara a pasta de projeto que será enviada à instituição financeira.

Um projeto demora em média um mês para ser ou não aprovado pela instituição financeira que avalia diversos critérios para tomar a decisão. Apesar disso, o prazo para aprovação estará de acordo com o porte e a complexidade do projeto sendo que, no caso da Platec, já houve situações em que um projeto demorou dois anos para ser aprovado, ou seja, não há um tempo certo para que aconteça essa aprovação.

Os principais indicativos de avaliação são:

- O número, as condições e os valores de todos os bens do mutuário;
- A capacidade de pagamento apresentada no projeto;
- A viabilidade técnica e financeira do que foi proposto;
- A descrição minuciosa da forma pela qual o recurso será utilizado pelo mutuário.

Após receber a aprovação de um projeto, a empresa de consultoria entra em contato com o solicitante avisando-o que logo mais o recurso já estará disponível em sua conta bancária. Quando esse recurso financeiro é de fato disponibilizado, o banco solicita a presença do interessado para que o contrato seja celebrado e a cédula rural pignoratícia seja confeccionada; nessa cédula rural estão previstas todas as condições para a quitação da dívida.

A partir daí o produtor rural poderá fazer uso do dinheiro que lhe estará disponível; porém o banco exige que ele apresente as devidas notas fiscais de tudo o que foi comprado para efeito de comprovação do uso do dinheiro; em alguns tipos de linhas de crédito, o próprio banco disponibiliza um cartão contendo o valor do financiamento para que o produtor rural compre os insumos previstos no projeto

apenas em lojas cadastradas facilitando, assim, o rastreamento do uso do dinheiro pela instituição financeira.

No intuito de assegurar o pagamento da dívida, o banco utiliza as mais variadas formas como tomar como garantia o rebanho do mutuário, a lavoura ou até mesmo as propriedades rurais ou outros bens deste. Por isso, no momento em que é confeccionado o limite de crédito, o mutuário precisa fornecer algumas informações importantes, como se algum de seus imóveis é objeto de hipoteca ou alienação, se o seu rebanho possui algum tipo de gravame em qualquer instituição financeira e os resumos de sua produção agrícola e/ou pecuária. Um mutuário pode solicitar quantos projetos desejar ao longo de um exercício desde que os valores propostos pelas linhas de crédito rural sejam obedecidas.

No processo de execução do projeto a empresa de consultoria presta assistência técnica aos produtores se for solicitada, mas é importante ressaltar que nenhum tipo de controle é feito pela ASTEC no sentido de controlar o uso do dinheiro, ou seja, a assistência é apenas no que diz respeito ao andamento da lavoura e/ou rebanho. Caracterizando assim, uma possível brecha que ocasiona o mau uso do dinheiro, já que nenhum tipo de controle rigoroso é feito sobre os produtores rurais, o que acontece é que de tempos em tempos uma equipe do banco escolhe aleatoriamente alguns dos que solicitaram os projetos e analisam de forma mais minuciosa o real emprego do recurso que foi oferecido.

2.3 Linhas de crédito rural no Brasil

É inegável a importância da agropecuária para a economia brasileira, o país ocupa o primeiro lugar em produção de diversos itens essenciais à alimentação. Diante disso nada mais justo que o governo criar mecanismos e políticas que estimulem e valorizem os produtores rurais no desempenho de suas atividades agropastoris incentivando o desenvolvimento do campo.

Disponibilizar recursos financeiros por meio de empréstimos e financiamentos é uma maneira adequada de movimentar a economia rural, visto que nem sempre os agricultores e pecuaristas possuem em mãos e em tempo o dinheiro de que necessitam para o desenvolvimento de suas atividades. Para isso foram criadas as linhas de crédito que atendem aos produtores rurais com prazos de pagamentos, taxas de juros e condições diferentes que se encaixam a cada tipo de atividade, região do país e porte da propriedade.

Existem as linhas de crédito que atendem aos grandes produtores oferecendo empréstimos e financiamentos de altos valores; aquelas para os médios produtores com condições específicas ao seu porte e, inclusive, um programa exclusivo para esse tipo de produtor denominado PRONAMP e, também, aquelas destinadas aos pequenos produtores e àqueles que se dedicam à produção familiar.

O Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) foi criado em 1965 através da Lei nº 4.829; porém antes dessa data a concessão de crédito rural já era feita pelo Banco do Brasil que criou, em 1935, a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI) que começou a operar em 1937. Apesar disso, o volume de crédito só cresceu efetivamente a partir da segunda metade da década de 60.

As linhas de crédito rural atendem a várias finalidades da produção agropecuária e podem ser divididas, segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2010), da seguinte maneira:

- Linhas de financiamento para o custeio agropecuário que se destinam à aquisição de insumos, realização de tratos culturais e colheita, beneficiamento ou industrialização de produtos, além da produção de mudas e sementes certificadas e fiscalizadas, compra de ração e medicamentos, a limpeza e reforma de pastagens e a silagem, entre outras.
- Linhas de investimento agropecuário que tem por finalidade incentivar a modernização e diversificação da produção como a aquisição de máquinas agrícolas novas ou usadas; equipamentos agrícolas; animais para cria, recria, produção de leite, sêmen e embriões; implantação de sistemas de armazenagem e de irrigação, entre outros projetos.

- Linhas de créditos voltadas para a comercialização que visam garantir ao produtor rural recursos necessários à adoção de mecanismos que permitam o armazenamento da colheita para garantir o abastecimento quando os preços caírem.

O Banco Central do Brasil (2012) define os principais objetivos do crédito rural que são o fortalecimento do setor rural; o oferecimento do custeio imediato de cultivos essenciais à alimentação humana; o incentivo de investimentos rurais por parte de produtores e cooperativas; a melhoria do padrão de vida das populações rurais por meio do desenvolvimento de suas atividades; propiciar a aquisição e regularização de terras pelos pequenos produtores, posseiros, arrendatários e trabalhadores rurais; desenvolvimento de atividades florestais e pesqueiras e o estímulo a geração de renda e o melhor uso da mão de obra na agricultura familiar.

O Banco Central designa os principais beneficiários do crédito rural que são produtores rurais (pessoas físicas ou jurídicas), cooperativas de produtores rurais ou pessoa física ou jurídica que se dedique a uma das atividades a seguir: pesquisa ou produção de mudas ou sementes fiscalizadas ou certificadas; pesquisa ou produção de sêmen para inseminação artificial e embriões; prestação de serviços mecanizados de natureza agropecuária em imóveis rurais; prestação de serviços de inseminação artificial em imóveis rurais; exploração de pesca e aquicultura, desde que tenha fins comerciais; medição de lavouras e atividades florestais. (BRASIL, 2012)

Os produtores rurais podem utilizar esse crédito para financiar atividades do dia a dia como a compra de insumos do ciclo produtivo de lavouras periódicas, da entressafra de lavouras permanentes, da exploração pecuária ou de beneficiamento de produtos agropecuários; ou podem optar por utilizar os recursos para fazerem investimentos de longo prazo em suas propriedades como a aquisição de bens indispensáveis à produção e/ou a modernização de suas atividades, como por exemplo, máquinas e tratores; além daquelas que auxiliam a comercialização da produção que garantem melhor controle do fluxo de caixa.

A instituição financeira que possui maior envolvimento nesse tipo de crédito é o Banco do Brasil, por isso, esse trabalho demonstrará mais especificamente as linhas de crédito oferecidas por essa instituição; além do fato de que a empresa de

consultoria na qual se realizou o estágio obrigatório trabalha mais frequentemente com esse banco.

2.3.1 Custeio agrícola

A linha de crédito voltada ao custeio é dividida em custeio agrícola e custeio pecuário. Essas linhas visam dar cobertura às despesas que decorrem do dia a dia da produção, por isso, o seu pagamento deve ocorrer dentro do ciclo produtivo de acordo com cada item produzido.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (2012), os créditos de custeio podem ser definidos como recursos destinados ao financiamento de despesas que são feitas em cada plantio, em cada safra ou ciclo de produção; incluindo as despesas com atividades agropecuárias, não agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização da produção própria da agricultura familiar ou de terceiros.

Destinado ao financiamento de despesas do ciclo produtivo de lavouras periódicas, de entressafra de lavouras permanentes ou da extração de produtos vegetais espontâneos ou cultivados como a compra de insumos, os tratos culturais, despesas com mão de obra, despesas com a colheita, beneficiamento do produto em questão, produção de mudas e sementes, desde que certificadas e fiscalizadas.

São caracterizados como beneficiários dessa linha produtores, pessoas físicas ou jurídicas, cooperativas de crédito rural e cooperativas de produtores rurais e suas centrais, quando se tratar de exploração própria.

Os beneficiários podem financiar até R\$ 650 mil em cada safra, mas se o produtor possuir também lavoura de milho poderá ser concedido a ele teto adicional de R\$ 500 mil no caso das regiões Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste. A taxa de juros é de 6,75% ao ano, no caso de recursos controlados e negociada diretamente com o cliente no caso de recursos livres.

Há também alguns casos em que esse limite pode ser elevado no caso de recursos controlados, como por exemplo, no caso de ser adotado o plantio direto na palha que pode conceder 15% de aumento; no caso de ser atendido dois ou mais dos critérios: de comprovação da existência de reservas legais, de preservação permanente ou plano de manejo de recuperação que pode render 15% ou 30% a

mais. No caso de conjugação de financiamento de custeio com algum seguro agrícola ou mecanismo de proteção de preços, participação do Sistema Agropecuário de Produção Integrada (Sapi) e certificação da produção pelo Inmetro, comprovação da aquisição de sementes certificadas ou condução da atividade com base no sistema orgânico de produção também podem render aumento de 15% e 30% no financiamento. (BANCO DO BRASIL, 2012)

Quando forem utilizados recursos livres, os valores financiáveis estarão de acordo com o limite de crédito do mutuário. Quanto aos prazos, quando proveniente de recursos controlados, variam de acordo com o item produzido, por exemplo, no caso da produção de hortaliças e lavouras de ciclo curto até um ano; no caso dos demais produtos, uma safra até o máximo de dois anos. Para recursos livres o prazo é de dois anos e o limite de financiamento é de 100% do orçamento apresentado, limitado a 70% da receita prevista para a lavoura a ser financiada.

2.3.2 Custeio pecuário

Esse tipo de custeio é destinado ao financiamento de despesas relacionada à atividade pecuária como a compra de medicamentos, ração, gastos relacionados à pastagens, entre outros. Abrange as atividades de bovinocultura, avicultura, suinocultura, atividade aquícola e pesqueira, a bubalinocultura, entre outras.

Caracterizam-se como beneficiários dessa linha de crédito pessoas físicas ou jurídicas, cooperativas de crédito rural, empresas agroindustriais que explorem atividades ligadas à suinocultura e à avicultura de corte sob o regime de parceria; cooperativas de produtores rurais e suas centrais, quando se tratar de exploração própria; pessoa física ou jurídica que se dedique à exploração da pesca (cultivo ou captura) com fins comerciais, incluindo-se os armadores de pesca. (BRASIL, 2012)

Os valores financiáveis seguem o mesmo do custeio agrícola, R\$ 650 mil por beneficiário, com taxa de juros de 6,75% ao ano, no caso de recursos controlados. No caso de recursos livres, o valor financiável será de acordo com o limite de crédito do mutuário e a taxa de juros será negociada diretamente com o produtor na agência bancária.

O prazo para pagamento, para recursos controlados, é de um ano; mas no caso da aquisição de alevinos de enguia para engorda e de materiais para captura, atividade pesqueira, prazo de até dois anos. Para recursos livres, o prazo é de até um ano. Financia até 100% do orçamento das despesas da exploração durante o ciclo produtivo dos animais, limitado a 70% da receita prevista para o empreendimento.

2.3.3 Programas de Fundo Constitucional

Os programas de Fundo Constitucional surgiram como forma de estimular o desenvolvimento social e econômico nas regiões menos desenvolvidas do país através de financiamentos destinados as mais variadas formas de investimento.

Esses programas são administrados pelo Ministério da Integração Nacional, pelo Banco do Brasil, que executa o papel de agente financeiro e pelo Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamentos (CONDEL).

Os Fundos Constitucionais surgiram da destinação do percentual de 3% do produto da arrecadação de impostos sobre rendas e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados previsto na Constituição Federal de 1988. As regiões abrangidas pelo programa são a Norte, onde é denominado FNO; a região Nordeste com o FNE e a região Centro Oeste com o FCO.

O principal objetivo dessa linha de crédito é proporcionar maior eficácia na aplicação de recursos com a finalidade de aumentar a produtividade dos empreendimentos, gerar novos postos de trabalho, elevar a arrecadação tributária e melhorar a distribuição de renda nessas regiões. (BRASIL, 2012)

Os Programas de Fundo Constitucional podem ser utilizados por pessoas físicas, jurídicas, firmas individuais, associações e cooperativas de produtores nos setores agropecuário, industrial, agroindustrial, turístico, mineral, comercial e de serviços. No setor agropecuário, criou-se uma linha específica, com condições adequadas a cada tipo de produtor.

2.3.4 FCO Rural

O Fundo Constitucional do Centro-Oeste voltado para a área rural abrange os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal e Goiás e caracteriza-se como importante incentivador do desenvolvimento econômico e social do campo com o oferecimento de recursos responsáveis por financiar as mais diversas atividades agropastoris.

O FCO tem por finalidade contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região Centro-Oeste mediante a execução de programas de financiamento aos setores agropecuário e agroindustrial possibilitando o fortalecimento da agroindústria através da utilização de matérias primas regionais e a diversificação e a modernização da agropecuária. Como consequência percebe-se elevação do padrão de qualidade de animais e incremento da produção e da produtividade do setor rural. (GOIÁS, 2009)

No setor agrícola a finalidade do FCO é financiar as despesas cotidianas e extremamente necessárias das lavouras periódicas, da entressafra e das lavouras permanentes ou da extração de vegetais espontâneos ou cultivados. No setor pecuário, a finalidade do FCO é atender às despesas normais durante o ciclo produtivo da exploração de atividades pecuárias.

Caracterizam-se como beneficiários dessa linha de crédito produtores rurais (pessoas físicas ou jurídicas) que desenvolvam atividades agropecuárias individualmente ou ligadas a associações ou cooperativas de produção.

Para aquisição de recursos por meio do FCO Rural, os produtores rurais foram divididos quanto a suas rendas brutas anuais, a partir daí também foram estipulados os encargos para cada porte.

Tabela 1: Encargos financeiros

Porte de Beneficiário	Encargo financeiro ao ano
Miniprodutor	5,00%
Pequeno produtor	6,75%
Pequeno-médio produtor	7,25%
Médio produto	7,25%
Grande produtor	8,50%

Fonte: Banco do Brasil, 2012

Quando o pagamento integral da parcela ou da operação é efetuado até a data do vencimento poderá ser concedido ao beneficiário desconto adicional de 15% sobre os percentuais de juros relacionados na tabela anterior.

Os prazos para pagamento do FCO Rural segue os do custeio, onde, para atividade agrícola, varia de um a dois anos dependendo da cultura. No caso da pecuária, esses prazos variam de dois a três anos dependendo da atividade.

2.4 As principais exigências feitas às empresas de consultoria agropecuária para que possam atuar nesse ramo

Os profissionais que desejarem ingressar no mesmo ramo de atividade em que atua a Platec precisam seguir alguns passos junto às instituições financeiras. Primeiramente, deverão efetuar um cadastro em bancos que atuem em linhas de crédito rural, não necessariamente em apenas uma; porém o mais comum é que se faça o cadastro no Banco do Brasil.

Como primeiro requisito, é necessário que haja técnicos no empreendimento que sejam os responsáveis pela assinatura dos projetos que serão feitos; por isso, engenheiros agrônomos, médicos veterinários e outros profissionais como engenheiros ambientais e zootecnistas são indispensáveis na composição do quadro de funcionários.

Os interessados deverão efetuar o cadastro nos bancos apresentando todos os documentos da empresa que está se formando e, posteriormente, terão de fazer o cadastro de todos os funcionários que desempenharão a atividade técnica propriamente dita na empresa; documentos pessoais e diplomas de formação universitária são de suma importância nesse momento. Esses cadastros serão

analisados pelas agências bancárias e em prazo médio de um mês serão ou não deferidos.

Após o recebimento da resposta, a empresa já pode começar a atuar na consultoria agropecuária efetuando o cadastro de seus clientes e demais etapas assim como foi descrito anteriormente.

3 METODOLOGIA

3.1 Caracterização da Pesquisa

A metodologia utilizada em um projeto de pesquisa tem por finalidade reunir um conjunto de abordagens, técnicas e processos que foram utilizados para formular e resolver os problemas levantados durante sua execução, de maneira sistemática. Sendo, portanto, o conjunto de instrumentos e procedimentos utilizados por um indivíduo na obtenção de conhecimento, é a etapa específica que procura selecionar técnicas concretas de investigação.

“A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema” GIL (1991).

No presente trabalho, o método utilizado foi o estudo de caso, definido por Gil: “estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, permitindo seu amplo e detalhado conhecimento.” (GIL, 2004, p. 54)

O estudo de caso pode ser definido como um delineamento de pesquisa que permite a descrição e o aprofundamento sobre uma dada realidade social. Nesse caso, a empresa em questão é tomada como objeto de observação. No estudo de caso o principal interesse é observar a ocorrência de um dado fenômeno no campo social e não apenas discuti-lo do ponto de vista teórico; mas a teoria estabelecerá diálogo próximo ao levantamento de dados empíricos e na interpretação desses dados.

Pode-se dizer, então, que o estudo de caso tem como característica a descrição complexa de uma realidade que envolve grande número de dados que são obtidos basicamente por meio de observação pessoal; o estilo do relato é informal, narrativo e traz ilustrações e metáforas. As comparações são feitas de forma implícita, os temas e hipóteses são relevantes, mas estão subordinados à

compreensão do caso. Dessa maneira, o estudo de caso é mais indicado para ocasionar o aumento da compreensão de um fenômeno do que para delimitá-lo. (STAKE, In DENZIN; LINCOLN, 2001)

Um projeto de pesquisa que esteja baseado no método do estudo de caso apresenta três fases: a escolha do referencial teórico sobre o qual se pretende trabalhar (YIN, 2005) e a seleção dos casos e o desenvolvimento de protocolo para a coleta de dados; a condução do estudo com a coleta e análise de dados que dão base ao relatório do caso e a análise dos dados obtidos por meio da teoria selecionada com a interpretação dos resultados obtidos. (YIN, 2005)

A observação foi feita em uma empresa de consultoria agrícola o que possibilitou o conhecimento desse ramo de atividade e de sua importância. Através desses aspectos, o trabalho em questão também visa demonstrar todas as características dessas empresas, suas reais atividades, seu cotidiano e os requisitos necessários para adentrar esse ramo de atividade; a fim de apresentar esse tipo de organização aos profissionais de agronegócio que desejam atuar nessas empresas.

A abordagem foi feita por meio da escolha de um caso específico dentre tantos que foram acompanhados ao longo do período de estágio supervisionado. A fim de representar, de uma maneira mais simples, o que de fato acontece e todas as etapas necessárias para o desenvolvimento de um projeto agrícola que tem como objetivo a utilização de recursos governamentais.

Os principais instrumentos de pesquisa utilizados foram a observação do cotidiano empresarial e entrevistas realizadas com engenheiros agrônomos responsáveis pela elaboração de projetos e demais colaboradores da empresa observada. Além da coleta de dados que foi feita a partir da observação e levantamento de informações presentes nos softwares que o banco oferece às empresas de consultoria.

3.2 Apresentação do Estudo de caso: A fazenda rio quilombo

A fazenda escolhida como objeto do presente estudo denomina-se Rio Quilombo e está localizada nas imediações da cidade de Inhumas. A propriedade é arrendada a um agropecuarista, casado e morador de uma cidade vizinha, Itaberaí.

O produtor em questão é cliente da Platec há algum tempo e já solicitou outros projetos à empresa. Em 2012, o produtor precisou renovar o seu cadastro de limite de crédito junto ao banco e, por isso, solicitou os serviços da consultoria. Para isso ele precisou seguir todas as etapas já descritas para a elaboração de seu projeto.

Primeiramente, o produtor compareceu à empresa para a renovação de seu cadastro de limite de crédito afirmando e/ou corrigindo as informações prestadas no ano anterior. Dessa maneira, ficaram provadas as seguintes informações descritas.

4 ANÁLISE E DISCUSSÕES SOBRE O ESTUDO DE CASO

4.1 Características do produtor rural

- O produtor tem como atividades principais a produção de tomate, milho safrinha, milho doce e a pecuária de corte;
- O produtor possui experiência em mais de três operações rurais que são investimento, custeio agrícola e pecuário;
- Sua estrutura fundiária é predominantemente própria, já que ele possui nove imóveis rurais (uma propriedade) em seu nome e uma propriedade arrendada;
- O agropecuarista não opera em mercado de futuros nem em de opções;
- O produtor não utiliza com frequência a assistência técnica, sendo esta temporária ou eventual;
- Utiliza um tipo de sistema de organização e controle (despesa/receita/resultados) próprios;
- Não faz parte de nenhum tipo de grupo, cooperativa ou associação de produtores rurais;
- Sua experiência no ramo de atividade é maior ou igual a onze anos;

- O produtor não utiliza nenhum tipo de estrutura de armazenagem.

Em seguida, foram analisadas as condições do rebanho do produtor, tanto de seus animais declarados no ano anterior, quanto dos animais que ele possui atualmente.

Tabela 2: Semoventes Atuais

Tipo/espécie	Quantidade	Raça	Idade média	Preço Unitário R\$	Total	Cor predominante
Novilhos	200	Nelore	18 meses	950,00	190.000,00	Branca
Matrizes	100	Nelore	38 meses	1.100,00	110.000,00	Branca
Matrizes	30	Nelore	38 meses	1.100,00	33.000,00	Branca
Total	330				333.000,00	

Fonte: Elaboração da autora.

Além dessas informações, no cadastro também constou que alguns dos bens possuíam gravames em instituições financeiras inclusive no Banco do Brasil que foram as 130 matrizes. Os gravames relacionam os bens do mutuário que já servem de garantia em outras operações e são relacionados nos projetos para que aqueles bens não sirvam de garantia para o projeto em questão. No caso de o primeiro projeto ser totalmente quitado, aqueles bens que possuíam gravames junto a instituições bancárias poderão servir de garantia novamente.

Na tabela 2, encontra-se a relação do rebanho que o produtor declarou em sua atualização de cadastro de limite de crédito no ano de 2011. Comparando a seguinte tabela com a anterior constata-se que o número de matrizes diminuiu em 270 animais.

Tabela 3: Semoventes Anteriores (último ano)

Tipo/espécie	Quantidade	Raça	Idade média	Preço Unitário R\$	Total	Cor predominante
Novilhos	200	Nelore	18 meses	950,00	190.000,00	Branca
Matrizes	400	Nelore	> 36 meses	1.100,00	440.000,00	Branca
Total	600				630.000,00	

Fonte: Elaboração da autora.

A próxima relação feita pelo cadastro é a de bens móveis do produtor rural, que inclui seus automóveis, seus equipamentos agrícolas (tratores, colheitadeiras, pivot, esparramadores), entre outros.

Tabela 4: Relação dos Bens Móveis

Tipo	Quantidade	Ano de Fabricação	Fabricante	Modelo	Valor total
Trator	1	2010	John Deere	5603	90.000,00
Trator	1	2010	John Deere	5603	90.000,00
Batedeira	1	2001	Newtaly	Feijão	30.000,00
Ensildadeira	1	2006	JF	Doble Z20	32.000,00
Plantadeira	1	2004	Tatu	PST3	61.750,00
Grade aradora	1	2004	Baldan	22 discos	18.000,00
Carretas	2	2002	Jumil	6 Toneladas	8.000,00
Carreta	1	2004	Stara	15 Toneladas	25.000,00
Trator	1	2006	John Deere	5605	85.000,00
Pulverizador	3	2004	Jacto	Columbia Cross	90.000,00
Colhedeira	1	1999	NEWIDEIA	Espigadeira	100.000,00
Guincho	1	2005	Baldan	1200 Tonelada	8.000,00
Triton	1	2005	Stara	Triton	8.000,00
Esparramador de Calcário	1	2007	Stara	1.300 GIV	8.000,00
Pivot Central Zimatec	1	2004	Lindsay	53 HÁ	185.000,00
Pivot Central Zimatec	1	2004	Lindsay	80 HÁ	280.000,00
Trator	1	2008	John Deere	7515	155.000,00
Trator	1	2010	John Deere	5605	138.000,00
Caminhonete	1	2011	VW	Amarok	103.500,00
Caminhonete	1	2011	GM	S10	45.000,00
Pivot Central	1	2012	Lindsay	55 HÁ	500.000,00
Pivot Central	1	2012	Lindsay	53 HÁ	500.000,00
Colhedeira	1	2012	John Deere	STF 9470	550.000,00
Plataforma de milho	1	2012	John Deere	10 linhas	100.000,00
Transplantadeira de Tomate	2	2012	Ferrari	4 linhas	50.000,00
Colhedeira de Tomate	1	2011	Guarezia	9495	550.000,00
Caminhonete	1	2012	Toyota	Hilux	130.000,00
Total	31				3.930.250.000

Fonte: Elaboração da autora

Após esse levantamento, o cadastro de limite passa a averiguar todas as propriedades rurais do produtor incluindo as arrendadas. Nessa parte do cadastro são observadas informações como o nome registrado da propriedade; sua localização; sua área total; seu título de domínio; sua data de registro; seu

registro/matricula; seu número de registro no INCRA; o nome das propriedades que a confrotam; o roteiro de acesso; a localização geográfica da sede do imóvel; a relação detalhada de medidas de área de reserva legal/APP, pastagem, cultura e as demais com seus respectivos valores e as benfeitorias do imóvel como represas, casa sede, casa de empregados, cercas, eletrificação rural, estábulo/curral, galpão de máquinas, tanque para peixes e seringa/tronco/brete além de suas devidas especificações.

No caso do proprietário em questão verificou-se que possui oito imóveis rurais sendo que um deles é arrendado. Os imóveis que estão registrados em seu nome totalizam 218,436 hectares e o imóvel arrendado possui 80 hectares. De acordo com a classificação das linhas de crédito rural, o produtor em questão está entre o que é considerado médio e grande produtor. No caso de ele solicitar um projeto pelo FCO Rural, será considerado pequeno-médio produtor.

A declaração dos bens imóveis que o produtor rural possui no meio urbano é a próxima etapa de preenchimento do cadastro e, no caso do produtor em estudo, confirmou-se que ele possui apenas um lote urbano em seu nome localizado em uma cidade vizinha. No limite constam informações desse lote como seu endereço; o valor percentual de sua participação no patrimônio; sua área de terreno; sua área construída; seu registro/matricula e seu valor.

As próximas informações do cadastro de limite são as que dizem respeito à sua produção pecuária e a agrícola sendo descrita, na agrícola, a localização de cada lavoura do produtor. A partir daí é feito todo um levantamento a respeito de cada item produzido em sua área, os três últimos resultados de produtividade e sua respectiva média; o valor pago por ele pelo arrendamento da terra, quando for o caso; o início do plantio e da colheita; a área plantada; o preço unitário obtido; o custo direto unitário; se há produtos secundários e sua participação na produtividade; se houve frustação de safra no último ano e a receita por unidade de produção.

A última parte do cadastro trata dos resultados obtidos pelo produtor através de sua receita bruta anual obtida no último ano/período e de outra planilha que detalha sua despesa anual (custo de produção do último ano/período) tanto de seus produtos principais como dos secundários acompanhados de seu faturamento no exercício.

Por fim, a receita bruta prevista para o próximo ano/período, a despesa prevista e o faturamento previsto também são analisados a fim de provar junto à instituição financeira que a atividade do produtor é rentável e que ele tem condições suficientes para pedir recursos financeiros para execução de seus projetos.

4.2 Desenvolvimento e análise de projeto de custeio agrícola para cultivo de milho em 80 hectares

Ao passar pela análise do Banco do Brasil, ficou evidente que o cadastro de limite de crédito solicitado pelo agropecuarista em questão estava de acordo com todos os requisitos demorando, portanto, duas semanas para que a resposta fosse dada à Platec.

Logo após saber da conformidade, o produtor rural compareceu novamente à consultoria, dessa vez para solicitar um projeto para custear seu cultivo de milho. O responsável técnico ouviu atentamente quais seriam as expectativas do produtor, o que exatamente ele pretendia fazer com o recurso financeiro que conseguisse. Ao serem analisadas todas as condições, o produtor rural optou pela linha de crédito custeio agrícola, pois foi a que mais se adequou às suas necessidades e expectativa e assim deu início à elaboração do projeto propriamente dito conseguindo os dados descritos abaixo:

O item financiável no projeto seria o milho de safra verão que, em sua propriedade, alcança produtividade média de 9.000 sacas por hectare. O cultivo ocuparia uma área de 80 hectares de uma fazenda que possui 110 hectares e o final da colheita ocorreria no decorrer do mês de março do presente ano, o preço da saca de 60 kg no período corresponde o valor de R\$ 21,36.

Os Créditos de Custeio Agrícola ou Pecuário podem ser realizados com base em orçamentos simples, padronizados nas planilhas dos bancos, dispensando-se quase sempre a apresentação de Plano e Projeto técnico. O Crédito de Custeio pode ser renovado automaticamente, sempre que o pagamento é efetuado na data definida no contrato. Nesses casos, a época de liberação dos recursos deve respeitar as necessidades das atividades que foram financiadas e, no caso, de mudança da cultura, o banco deverá ser informado. (MDA, 2009)

Em seguida, é apresentado o orçamento analítico para o projeto em questão, nessa parte todos os gastos relacionados à execução do projeto são detalhados com suas respectivas quantidades a serem utilizadas, seu valor unitário e o preço para o plantio direto que é o caso do produtor em estudo. Nesse orçamento estão os insumos recomendados para o uso com suas respectivas dosagens/hectare e quantidades totais a serem utilizadas na área financiada.

Tabela 5: Orçamento analítico

Operação	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Plantio Direto Total R\$
1-PREPARO DO SOLO				R\$ 849,14
INSUMOS				
08-20-18 + FTE	T	0,5	R\$ 1.155,00	R\$ 577,50
Milho Híbrido Simples	Kg	18,0	R\$ 6,60	R\$ 118,82
Roundup	L	3,0	R\$ 7,36	R\$ 22,09
DMA 806 BR - CS - 670 G/L	L	0,8	R\$ 9,30	R\$ 7,44
Futur 300	L	0,4	R\$ 121,00	R\$ 48,40
Aplicação de dessecantes - 1 vez				
Pulverizador automotriz 130 cv	H/HÁ	0,2	R\$ 79,04	R\$ 13,44
Braçal fixo 1	H/HÁ	0,2	R\$ 4,30	R\$ 0,73
Inoculação/ Tratamento Sementes - 1 vez				
Braçal fixo 1	H/HÁ	0,1	R\$ 4,30	R\$ 0,22
Plantio e adubação - 1 vez				
Trator pneus >= 110 < 140 CV traçado	H/HÁ	0,5	R\$ 60,93	R\$ 30,47
Plantadeira	H/HÁ	0,5	R\$ 4,09	R\$ 2,05
Braçal fixo 1	H/HÁ	1,0	R\$ 4,30	R\$ 4,30
Transporte interno dos insumos - 1 vez				
trator pneus >= 70 < 90 CV traçado	H/HÁ	0,6	R\$ 41,88	R\$ 23,45
Carreta agrícola 6 t	H/HÁ	0,6	R\$ 0,45	R\$ 0,25
2- TRATOS CULTURAIS				R\$ 773,96
INSUMOS				
Uréia (45%)	T	0,2	R\$ 1.149,50	R\$ 229,90
20-00-20	T	0,25	R\$ 1.068,75	R\$ 267,19
Espalhante adesivo agral	L	0,32	R\$ 6,50	R\$ 2,08
Sanson 40 Sc	L	1,5	R\$ 47,60	R\$ 71,40
Atrazinax 500 - SC - 500 G/L	L	3,0	R\$ 8,30	R\$ 24,90
Opera	L	0,75	R\$ 64,00	R\$ 48,00
Match CE	L	0,3	R\$ 50,00	R\$ 15,00
Piredam	L	0,1	R\$ 19,30	R\$ 1,93

Karate Zeon	L	0,3	R\$ 50,00	R\$ 15,00
Adubação química em cobertura - 2 vezes				
Trator pneus >= 70 <90 CV traçado	H/HÁ	0,24	R\$ 41,88	R\$ 20,10
Distribuidor a lança-discos	H/HÁ	0,24	R\$ 1,00	R\$ 0,48
Braçal fixo 1	H/HÁ	0,24	R\$ 4,30	R\$ 2,06
Aplicação de fungicida - 1 vez				
Pulverizador automotriz 130 CV	H/HÁ	0,17	R\$ 79,04	R\$ 13,44
Braçal fixo 1	H/HÁ	0,17	R\$ 4,30	R\$ 0,73
Aplicação de herbicida - 2 vezes				
Pulverizador automotriz 130 CV	H/HÁ	0,17	R\$ 79,04	R\$ 26,87
Braçal fixo 1	H/HÁ	0,17	R\$ 4,30	R\$ 1,46
Adubação de inseticida/acaricida - 2 vezes				
Pulverizador automotriz 130 CV	H/HÁ	0,17	R\$ 79,04	R\$ 26,87
Braçal fixo 1	H/HÁ	0,17	R\$ 4,30	R\$ 1,46
Transporte interno de insumos - 6 vezes				
Trator pneus >= 70 <90 CV traçado	H/HÁ	0,02	R\$ 41,88	R\$ 5,03
Carreta agrícola 6 t	H/HÁ	0,02	R\$ 0,45	R\$ 0,05
3 – COLHEITA				R\$ 103,21
Colheita mequanizada - 1 vez				
Colheitadeira > 150 CV	H/HÁ	0,67	R\$ 107,83	R\$ 72,25
Braçal fixo 1	H/HÁ	0,67	R\$ 3,77	R\$ 2,53
Transporte interno da produção - 1 vez				
Trator pneus >= 70 <90 CV traçado	H/HÁ	0,67	R\$ 41,88	R\$ 28,06
Carreta graneleira 10 t	H/HÁ	0,67	R\$ 0,57	R\$ 0,38
SUBTOTAL				R\$ 1.760,85
5- ASTEC				R\$ 34,53
Assistência técnica - (2,00%)				R\$ 34,53
Custo toatal assistência técnica - (2,00%)				R\$ 2.762,11
		Área (há)	Custo R\$/há	Total R\$
CUSTO TOTAL R\$		R\$ 80,00	R\$ 1.760,85	R\$ 140.867,82

Fonte: Platec, 2012

De acordo com o que foi proposto pelo projeto o produtor precisaria de um montante de R\$ 140.867,82 e a taxa de juros seria de 6,750% que seria dividida ao longo do exercício, o que geraria uma taxa de 0,5625% ao mês. O montante requerido foi calculado com base em um instrumento bastante utilizado pelos bancos que visa estabelecer parâmetros que indiquem quanto realmente será necessário para a execução do projeto, o RTA.

O Referencial Técnico Agropecuário, RTA, pode ser definido como planilhas elaboradas por técnicos do Banco do Brasil, ou de outras instituições, que servem de referência para o cálculo do valor a ser emprestado. Nessas planilhas constam todas as informações de custos de produção, produtividade, estimativa de receitas, preços projetados, período de comercialização de uma cultura. Essas planilhas são feitas em todos os municípios brasileiros que são agrupados em microrregiões levando em conta valores e situações de cada município e são feitas para todos os tipos de produtos existentes que são tratados individualmente.

O RTA é atualizado trimestralmente ou quando os valores de mercado oscilam de maneira drástica. Os valores utilizados no caso do projeto da fazenda Rio Quilombo foram calculados com base no RTA confeccionado para o produto milho produzido na microrregião de Goiânia no período de janeiro a março de 2012.

A linha de crédito escolhida pelo produtor foi o custeio agrícola que tem por finalidade o financiamento de despesas rotineiras e emergentes de um cultivo, por isso, o prazo de pagamento desse tipo de financiamento é curto equivale ao período de tempo do fim do ciclo, cerca de dois anos, dependendo do produto; no caso do milho, o prazo para quitação da dívida é de um ano que é tempo suficiente para que todo o processo de produção seja concluído.

O Banco do Brasil não exige que o projeto contenha o cálculo da capacidade de pagamento do financiamento nem o rendimento da atividade financiada, porém a Platec o faz como forma de diferenciar e detalhar ainda mais os projetos. Como forma de ilustrar o projeto, um croqui da propriedade é elaborado contendo o roteiro de acesso da mesma e a distância que ela fica da agência bancária em questão.

A próxima etapa do projeto é o comparecimento do mutuário à Platec para a assinatura de todas as páginas que compõem o projeto. Após esse procedimento o projeto é encaminhado ao banco onde será analisado.

4.3 Celebração do contrato – A cédula rural pignoratícia

O contrato entre o mutuário e o banco é feito por meio da Cédula Rural Pignoratícia que dá forma ao crédito e possui valor real de penhor. Nessa ocasião, bens móveis são oferecidos como garantia em forma de penhor, mas permanecem com o produtor que responde pela conservação do objeto.

Na cédula rural firma-se o acordo de pagamento entre o mutuário do projeto e o Banco do Brasil. Nesse documento está discriminado todos os gastos relativos à execução projeto bem como o valor de cada parcela que o produtor rural deverá efetuar em favor do banco, além dos prazos para a realização desses pagamentos.

A forma de utilização do crédito também é indicada detalhadamente, através das formas como o valor será sacado. Em caso de atraso ou não pagamento, a cédula também disponibiliza juros e multas que podem incidir.

A cédula também traz informações quanto às obrigações do mutuário para com a empresa de consultoria e assistência técnica, o valor pelos serviços e a forma de pagamento devido a esta.

O documento também traz as principais penalidades aplicadas àqueles que não efetuam o pagamento do financiamento da forma estabelecida, a saber:

- Interpelação formal acerca das irregularidades verificadas;
- Comunicação dos fatos ao Banco Central;
- Desclassificação da operação e/ou exclusão do financiamento do título “Financiamentos Rurais”, como consequente perda dos benefícios do crédito rural.

De maneira explícita, a cédula rural pignoratícia traz a penalidade que o mau uso dos recursos ou seu desvio pode trazer ao beneficiário: devolução, em dobro, da subvenção recebida, atualizada monetariamente, sem prejuízo das demais penalidades. Outra informação importante do documento é a relação de bens que serão utilizados como garantia em caso de não cumprimento das obrigações junto ao banco.

O não pagamento da dívida acarreta diversas penalidades aos produtores rurais; porém, em alguns casos, essa dívida pode ser renegociada. É o que acontece em casos de perda de safras ou rebanhos causadas por desastres naturais; nesse caso o projeto pode ser refeito e o prazo de pagamento postergado. Tudo é uma questão de relacionamento que o produtor estabelece com o banco.

4.4 O papel do Banco do Brasil

O Banco do Brasil exerce relevante papel na execução da política de crédito rural no Brasil assumindo a grande maioria da distribuição dos recursos destinados a esse fim e para que os projetos dos produtores rurais cheguem às agências responsáveis é necessário que haja intervenção das empresas de consultoria que elaboram as pastas de cadastro dos interessados e os respectivos projetos.

A primeira atitude a ser tomada quando do recebimento das propostas de projeto da Platec é a verificação de toda a documentação para saber se está completa e de acordo com a ficha de solicitação/negociação encaminhada anteriormente à empresa ou ao cliente.

As propostas de projetos são recebidas por funcionários de áreas específicas do banco que após a recepção e a conferência dos documentos do cadastro (limite de crédito) analisam a instância em que a proposta será estudada - agência ou Centro de Suporte Operacional em Brasília. Algumas propostas de projeto não podem ser aprovadas na própria agência e precisam ser encaminhadas ao Centro de Suporte Operacional, pois são relacionados a valores dos projetos e garantias que se encontram além do cálculo de capacidade de pagamento e necessitam de análise em instância superior.

Após a delimitação da instância onde será analisada, a proposta de projeto é encaminhada ao agente responsável que efetuará o estudo detalhado de toda a documentação e da viabilidade do projeto que em seguida, já aprovado, será repassado ao gerente da agência que o despachará e deferirá.

Para que os projetos sejam analisados da melhor maneira possível, o banco adota alguns parâmetros a serem observados pelos funcionários responsáveis que são a idoneidade de cliente, a capacidade de pagamento, garantias suficientes, documentação completa, margem no limite de crédito, histórico do cliente, anotações cadastrais e mitigadores de risco.

Após esses procedimentos, o banco comunica a empresa de consultoria que o projeto em questão foi aprovado e encaminha-o novamente à consultoria para que seja feita a comunicação ao mutuário e para que as ações de celebração do contrato sejam efetuadas e, por fim, seja iniciada a execução do projeto em si. Em seguida, o

cliente interessado precisa comparecer ao banco para que seja redigido e devidamente assinado o contrato de celebração do repasse de recursos que, em sua maioria, é feito pela cédula rural pignoratícia.

Dessa maneira, o recurso é repassado ao interessado que já poderá dar início às atividades necessárias para a execução de seu projeto que será acompanhado pela PLATEC e pelo banco através da fiscalização do cronograma de atividades, visitas à propriedade e assistência técnica especializada.

4.5 A assistência técnica na propriedade

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (2012), o principal objetivo da assistência técnica oferecida a produtores rurais é melhorar a renda e a qualidade de vida de famílias rurais através do aperfeiçoamento dos sistemas produtivos, mecanismos de acesso a recursos, serviços e rendas.

Ao confeccionar um projeto com empresas de consultoria especializadas, os produtores adquirem a vantagem de contar com os serviços de assistência técnica dessas empresas. Esse serviço de assistência tem por finalidade, auxiliar todo o processo produtivo do produtor em questão a fim de que o recurso adquirido do banco por meio do crédito rural seja aplicado da melhor maneira possível.

Nem sempre o produtor opta por utilizar os serviços de assistência técnica da empresa de consultoria, muitas vezes ele já conta com esse tipo de assistência por outro meio. Esse fator precisa estar bem exposto no projeto em questão a fim de que o banco tenha o devido controle e tenha, em partes, a garantia de que o recurso disponibilizado será utilizado da melhor maneira possível.

No caso da Platec, a assistência técnica é executada pelo próprio senhor Luís Fernandes que acompanha de perto o andamento do projeto e a utilização dos recursos obtidos. É importante ressaltar que a assistência técnica prestada pela Platec não é obrigatória, ou seja, é o produtor rural que decide se quer ou não utilizar esse serviço.

As visitas costumam acontecer trimestralmente em casos de projetos de investimento; no caso de projetos de custeio os quais possuem um ciclo menor, as visitas acontecem mensalmente.

Como forma de confirmação de que as visitas realmente foram feitas à propriedade, um relatório sempre é confeccionado e entregue ao banco onde constam todas as informações relevantes quanto ao cronograma das atividades, uso e discriminação de todos os produtos utilizados, desenvolvimento da lavoura/rebanho, entre outros

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ramo de atividade executado pela Platec (planejamento e consultoria) apresenta relevada importância pra quem precisa realizar atividades agropecuárias de qualquer porte, mas que não consegue tomar atitude de alocação de recursos da melhor maneira possível, além de ser uma exigência feita pelo banco para o empréstimo de recursos governamentais. Diante disso a experiência adquirida durante o tempo proposto pelo estágio foi de suma importância, visto que possibilitou o conhecimento aprofundado das mais variadas etapas pelas quais um projeto desse tipo passa até sua real aprovação e desempenho.

As etapas de relacionamento com os clientes também foram trabalhadas, pois disso depende o sucesso do projeto e da empresa como um todo; os clientes são responsáveis pelo fornecimento de todas as informações que repercutem na elaboração do projeto e eles são os personagens que mais se interessam no serviço da empresa e o bom relacionamento com eles é sinal de sucesso para todo o processo.

O conhecimento do cotidiano empresarial e do relacionamento entre todos os funcionários também foi fator preponderante de aprendizado, pois se viu na prática o que foi aprendido no período acadêmico no que diz respeito aos processos internos de uma organização, seu andamento e funcionamento.

Por fim, a elaboração do relatório possibilitou a fixação do que foi visto na prática por meio do aprofundamento dos temas envolvidos através de pesquisa e posterior investigação com pessoas envolvidas na área relacionada.

6 REFERENCIAS

BRASIL. Banco Central do Brasil. **Anuário Estatístico do Crédito Rural**. 2011. Disponível em < www.bcb.gov.br/?CREDRURAL > Acesso em 16 Mai. 2012

BRASIL. Banco Central do Brasil. **Crédito Rural**. 2012. Disponível em < <http://www.bcb.gov.br/?RED-CREDITORURALFAQ>> Acesso em 17 Mai. 2012

BRASIL. Banco do Brasil. **Crédito Rural**. 2012. Disponível em < <http://www.bb.com.br/portalbb> > Acesso em 2 Mai. 2012

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Crédito Rural**. 2012 Disponível em <www.agricultura.gov.br/> Acesso em 24 Mai. 2012

BRASIL. Ministério da Integração Nacional, 2012. Disponível em < http://www.mi.gov.br/fundos/fundos_constitucionais/> Acesso em 24 Mai. 2012

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2012. Disponível em < <http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>> Acesso em 18 Abr. 2012

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. Ed. São Paulo : Atlas, 1991.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2004.

GOIÁS, 2012. Disponível em < <http://www.goias.gov.br/paginas/conheca-goias/> > Acesso em 26 Abr. 2012

GOIÁS. Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento, 2012. Disponível em < <http://www.segplan.go.gov.br/>> Acesso em 18 Abr. 2012

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **LSPA – Levantamento Sistemático da Produção Agrícola: Pesquisa Mensal de Previsão e Acompanhamento das Safras Agrícolas no Ano Civil**. 2012. Disponível em < http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/lspa/lspa_201203.pdf > Acesso em 7 Mai. 2012

PLATEC – PLANEJAMENTO TÉCNICO AGROPECUÁRIO, 2012. Disponível em <www.platec.eng.br/> Acesso em 5 Abr. 2012

STAKE, Robert E. The case study method in social inquiry. In DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. *The American tradition in qualitative research*. Vol. II. Thousand Oaks, California: Sage Publications. 2001.

YIN, Robert K. Estudo de caso – planejamento e métodos. 3. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

7 BIBLIOGRAFIAS CONSULTADAS

BRASIL. Banco Central do Brasil. **Manual do Crédito Rural**. 2012. Disponível em < <http://www.bcb.gov.br/?PUBMANUAIS>> Acesso em 16 Mai. 2012

GOIÁS. Agência Rural, 2012. Disponível em <www.agenciarural.go.gov.br> Acesso em 17 Abr. 2012

INHUMAS. Prefeitura Municipal de Inhumas, 2012. Disponível em < <http://www.inhumas.go.gov.br/inhumas/dados.php>> Acesso em 8 Mai. 2012

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo IBGE**, 2010. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/>> Acesso em 10 Mai.

PORTAL DO AGRONEGÓCIO, 2012. Disponível em < <http://www.portaldoagronegocio.com.br/>> Acesso em 15 Mai. 2012

PORTAL DO AGRONEGÓCIO GOIANO, 2012. Disponível em < <http://www.agronegocio.goias.gov.br/>> Acesso em 22 Mai. 2012